

# DISCURSIVIDADE ENTRE O CIVILIZADO E O SELVAGEM: OCUPAÇÃO DO SERTÃO INDÔMITO DE MATO GROSSO

Taisir Mahmudo Karim<sup>1</sup>  
Ana Maria Di Renzo<sup>2</sup>  
DL/PPGL/UNEMAT

**Resumo:** Este artigo analisa os “discursos sobre” a ocupação das Minas do Cuyabá/Mato Grosso durante os séculos XVII e XVIII. As análises mostram como o movimento discursivo fundante das Minas do Cuyabá/Mato Grosso apresenta a dualidade semântica que constrói o imaginário do que virá a ser as Minas do Cuyabá/Mato Grosso: de um lado, os discursos do sujeito-colonizador, o civilizado, que considera a região o lugar a ser explorado e ocupado como parte do território da colônia lusitana; de outro, os discursos do sujeito-colonizado, o selvagem/índio, que tem a região como a Terra de seu convívio cotidiano. Esse conflito discursivo se dá do lugar do desconhecido para ambos, é o não sentido preste a significar para colonizador/colonizado.

**Abstract:** This paper analyzes the “discourses about” the occupation of Minas do Cuyabá/Mato Grosso during the XVII and XVIII centuries. The analyses show how the founder discursive movement of Minas do Cuyabá/Mato Grosso presents the semantic duality that builds up the imaginary of what will become Minas do Cuyabá/Mato Grosso: on the one hand, the discourses of the subject-colonizer, the civilized, who considers the region the place to be explored and occupied as part of the territory of the lusitane colony; on the other hand, the discourses of the subject-colonized, the savage/Indian, who has the region as the Land of their everyday living. That discursive conflict happens in the place of the unknown for both; it is the non sense about to mean for the colonizer/colonized.

## 1. As Bandeiras: um percurso sócio-histórico

Pela Análise do Discurso, podemos historicizar a forma pela qual as ideias linguísticas se constituíram legitimando sentidos e sujeitos em determinadas condições de produção. Segundo Orlandi, essa disciplina interroga na Linguística a historicidade que ela deixa de lado; na teoria marxista, pergunta pelo simbólico, e “se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele” (2004, p.20). Nesse sentido é que revisitaremos sentidos sobre colonizador e colonizado que, ao longo da história, constituíram novos sentidos e espaços que hoje reatualizam uma memória que diz sobre os mato-grossenses.

No final do século XV, a geografia mundial ganha um novo contorno com o encontro do Novo Mundo, o mapa-múndi, até, então, conhecido, é redesenhado. Narram-nos as histórias, que a expedição capitaneada por Cristovão Colombo – uma nau e duas caravelas – levou os europeus ao achamento do “Novo Mundo” em outubro de 1492. O acontecimento dessa conquista realizada pelo navegador genovês, a serviço da Coroa Espanhola, determina o lugar de um novo confronto discursivo, regulado pela tensão política/econômica entre as potências do Velho Continente e o desconhecido de até então. A necessidade de se impor pela força sobre o desconhecido e seus inimigos do Velho Mundo é inevitável. Ação que possibilitou o controle/domínio dos novos caminhos para o Novo Mundo e, como consequência, a ocupação e a exploração desmedida dessas terras pelas potenciais do Velho Mundo.

A Europa ainda sentia os reflexos da transição que sofrera a partir do século X, quando da passagem do feudalismo para o capitalismo comercial. Esse momento político promove um novo comportamento das práticas sociais, ocasionando, assim, nova transformação social com a qual novos valores e atores se constituíam e ocupavam diferentes espaços socioeconômicos no continente europeu. O crescimento do comércio monetário e o surgimento da burguesia possibilitaram o surgimento dos Estados Nacionais como uma das principais transformações estruturais que consolidaram a nova ordem social no Velho Continente. Para Lagazzi,

Essa transição do feudalismo para o capitalismo trouxe mudanças fundamentais nas relações entre as pessoas, sendo que o fim dos laços de dependência pessoal que existiam entre o vassalo e o senhor feudal permitiu a definição político-jurídica do sujeito com a exigência da igualdade de direitos. Esse novo sujeito, “sujeito-de-direito”, não mais subordinado ao dogma cristão, mas sim regido por direitos e deveres iguais, o sujeito das sociedades de Estado-capitalista, sujeito que emerge com a burguesia, é o cidadão. Esse sujeito-de-direito é um sujeito que nega o “sujeito-religioso”, nega seus laços de dependência pessoal. (1996, p.31)

É interessante observar que essa mudança de relações sociais funda o Estado de Direito, o qual constitui e legitima o sujeito-de-direito. Conforme, C. Haroche:

A subordinação explícita do homem ao discurso religioso dá lugar à subordinação, menos explícita, do homem às leis: com seus direitos e deveres. Daí a ideia de um sujeito livre em suas escolhas, o sujeito do capitalismo. (HAROCHE *apud* ORLANDI, 1999, p.51)

Com efeito, resta uma questão a ser pontuada: em que medida essa ruptura, essa transição do sujeito-religioso para o sujeito-de-direito, se dá, enquanto práticas sociais, considerando o lugar do discurso religioso como determinante na formação discursiva do estado-de direito? Diríamos que essa nova ordem social, fortemente marcada pela ideia de um sujeito livre, conforme Haroche (1992, p.178), exprime bem a “ficção de liberdade e de vontade do sujeito”, que tem a ilusão de ser livre, até porque continua afetado pelo discurso religioso. Dessa forma, ainda que o Estado reconheça e determine o sujeito-de-direito, com seus direitos e deveres, esse indivíduo ainda se encontra assujeitado pelo discurso religioso, tendo em vista a formação ideológica com a qual eles se identificam e pela qual são afetados. Não estamos aqui pondo em questão a legitimidade do sujeito-de-direito, nem temos essa pretensão; o que queremos é mostrar que esse sujeito moderno, determinado pelo Estado, continua

afetado pelo discurso religioso, mesmo que aparentemente apareça de modo diferente, pelas determinações sócio-históricas de uma fé que ressignifica as condições de relações postas na condição do sujeito-de-direito.

O acontecimento da conquista de Colombo se dá então, a partir de um cenário europeu de intensos conflitos e deslocamentos dos modos sociais, econômicos, políticos e, principalmente, de poder com o aparecimento do sujeito-de-direito, como se pôde observar pelas condições sócio-históricas dadas, mas, ainda assim, são sujeitos afetados pela religiosidade cristã.

Interessa-nos, neste estudo, analisar os discursos sobre a ocupação das Minas do Cuyabá/Mato Grosso. As análises se darão a partir do construto teórico da Análise de Discurso de linha francesa<sup>3</sup>, bem como da teoria da Semântica do Acontecimento<sup>4</sup>, a fim de observar os movimentos discursivos na colônia lusitana, em especial entre o final do século XVII e início do século XVIII, compreendendo como os discursos das histórias de ocupação dos sertões da Capitania das Minas do Cuyabá/Mato Grosso produziram efeitos nos modos de designação dos novos lugares e dos seus sujeitos.

O *corpus* consta de *Chronicas do Cuyabá*, documento, escrito pelo “chronista”, Joaquim da Costa Siqueira, vereador da Camara do Cuyabá. É importante ressaltar que o texto escrito por este cronista é, em parte, uma releitura de outro, conforme ele próprio nos alerta: *que, para os factos occorridos [de 1723] até o anno de 1765, não fez mais do que copiar, com algumas correccões, as Chronicas do Cuyaba de José Barbosa de Sá, e que daquela data em deante descreveu os factos por conta propria, conforme o conhecimento pessoal que delles tinha*. Para Orlandi, a produção dos sentidos considera as condições de produção nas quais são produzidos e interpretados, razão pela qual afirma: o real da língua não é da mesma ordem do real da história. E a noção fundamental em AD (a de discurso) emerge a partir do momento em que a língua e a história se trespassam, produzindo “a forma material (não abstrata como a da linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos”. (ORLANDI, 1999, p. 19)

Também utilizamos os seguintes textos: o texto do historiador João Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*,

(1907); os registros e representações contados de uma forma “histórica e fiel” de Mato Grosso – *Quadro Históricos de Mato Grosso - Período Colonial*, de autoria do pesquisador em história regional de Mato Grosso, Paulo Pitaluga Costa e Silva (2000); e *Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos* – publicado na revista *Trimestral* do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brasil (1862).

Passemos, então, para a questão da colônia lusitana na América, o Brasil. Um breve relato sobre o acontecimento da chegada dos portugueses ao Brasil poderia ser contado assim: Em abril de 1500, a expedição ultramarítima portuguesa capitaneada por Pedro Álvares Cabral descobre/chega à costa brasileira, o Novo Mundo. Após chegarem as primeiras informações do lugar ao Rei Português, descritas na carta pelo escrivão da armada Pero Vaz de Caminha, o rei, D. Manuel, anuncia aos reis católicos espanhóis a chegada/descoberta da expedição lusitana comandada por Cabral à Terra de Santa Cruz, no Novo Mundo. A partir de então, iniciam-se os movimentos europeus na colônia lusitana: primeiro o contato com os nativos, índios/selvagens; em seguida a exploração dos recursos naturais encontrados na costa brasileira, dentre eles, o pau-brasil, que, no imenso litoral, era encontrado com facilidade e em grande quantidade, produto considerado de grande valor comercial na época. Não por acaso, por conta dessa atividade extrativista que movimentava a econômica local, o nome “Brasil” passa a identificar metonimicamente a colônia portuguesa. Nesse percurso, o nome “Terra do Brasil”, referência à árvore nativa que primeiro caracterizou a economia local, é tomado pela memória do dizível e, logo em seguida, passa a significar a região. Dessa forma, os traços discursivos do interdiscurso funcionam na formulação do dizível, isto é, a atividade extrativista produz efeitos que determinam o processo de formulação do nome da terra. Segundo Guimarães,

[...] dá-se como origem do nome Brasil exatamente esse fato: os mercadores de madeira chamavam esse domínio da coroa portuguesa de “Terra do Brasil” em virtude de haver aqui grande quantidade dessa madeira [...] A nomeação da terra se dá

atribuindo-se a um lugar uma característica que se vê contida nele. (1992, p.18)

A relação do sujeito-europeu com esse novo espaço discursivo produz efeitos de sentido que passam a significar o Novo Mundo com grande entusiasmo, principalmente pela facilidade de explorar a exuberante e abundante riqueza natural existente na costa da colônia, cuja relação também produz efeitos de sentido quanto aos aspectos políticos e sociais para os colonizadores. Já não só a exploração da terra satisfazia, mas a sua ocupação passa a ser fundamental. Assim, pouco mais de cinquenta anos da descoberta, a colônia já convivia com a constante presença de aventureiros e colonizadores de outras nações europeias. Parafraseando Mariani (2004), essa presença faz suscitar a necessidade imediata de ocupação das terras da colônia, o Brasil, pelos seus descobridores/proprietários, os portugueses. Inicia-se a ocupação do imenso litoral, a costa brasileira, e, conseqüentemente, do interior da colônia, o sertão do território Sul americano. Esse movimento discursivo na colônia produz efeito que desloca sentidos já estabilizados para aquilo que significava a colônia, a terra que, até então, significava o lugar de exploração, o movimento discursivo constitui novos sentidos, a Terra passa a significar também território do Estado lusitano, da geopolítica da Monarquia de Portugal. Assim, ocupar não era só estar para explorar; era também necessário constituir o lugar como parte do Território Estado Português, como garantia da ampliação do império português. Nesse sentido, continua a autora:

de entreposto para coleta de pau-brasil e outras especiarias, a terra passa a ser efetivamente colonizada, o caminho encontrado para garantir a posse frente às inúmeras invasões que vinham sendo realizadas, uma concorrência feitas pelos navegantes, piratas e comerciantes espanhóis e franceses. (MARIANI, 2004, p.49)

Como se observa, não bastava à Coroa Portuguesa delimitar e proteger o contorno geográfico da recente colônia, também não era suficiente apenas retirar da colônia suas riquezas naturais, era preciso

muito mais: era imprescindível ocupar/povoar o imenso território brasileiro, registrar a Terra de Santa Cruz do Brasil, criar a sua identidade, sua certidão de nascimento<sup>5</sup>.

Assim, esses acontecimentos foram cruciais para que o Estado lusitano garantisse, de fato e de direito, posse do território da Terra colonizada no Novo Mundo, o Brasil.

Para tanto, alguns movimentos sociopolíticos foram cruciais para essa passagem: a) a necessidade da definição demarcatória de uma fronteira entre a colônia portuguesa e espanhola<sup>6</sup>; b) a entrada das Bandeiras nos mais longínquos sertões da colônia; e c) a necessidade de a coroa portuguesa povoar sua colônia, mecanismo necessário para lhe garantir a expansão, a ocupação e o seu domínio institucionalizado.

As condições históricas, políticas e sociais são fatores fundantes que permitem a compreensão do processo de povoamento da colônia. Ocupar os sertões e, de suas terras, retirar e produzir riquezas para a coroa, de fato, são condições constitutivas da memória histórica de interiorização e ocupação dos sertões brasileiros. Estes gestos de ocupação dão visibilidade ao modo como se materializam os sentidos de pertencimento, em especial, também no modo como vão se dar os processos de ocupação no interior do próprio Brasil, que, inicialmente, se marca pelas Entradas dos colonizadores europeus e, em seguida, nas Bandeiras pelos já aqui nascidos, filhos de europeus com os habitantes nativos/índios e negros/escravos vindo do Continente Africano. Desse modo, há vários modos de se olhar para essa história. O nosso exige uma posição histórica diante do processo de produção desse conhecimento, como também dos efeitos que produz. Um saber que não só constitui o homem, mas constitui a sua própria história. Ao historicizar a constituição da nossa própria história, a(s) memória(s) se apresenta(m) como a premissa principal para compreendermos as filiações em que nossos processos de significação ganharam essa forma e não outra: efeitos de uma materialidade histórica distinta entre Brasil e Portugal, na própria denominação que dá Orlandi (1993), “uma disjunção obrigada” que, ao longo da história, produzirá efeitos diversos.

A ocupação rumo ao sertão central desafiava cada vez mais os colonizadores do território brasileiro a adentrarem lugares totalmente

desconhecidos até então. Essas conquistas, como tantas outras no *Novo Mundo*, quase sempre eram construídas com o suor e sangue derramado pelos movimentos de ocupação dos lugares desconhecidos que envolviam e sucumbiam as “feras”, como eram designados os nativos/índios, escravos, colonizadores. Uma epopeia que faz significar o sertão central, discursos que narram os avanços conquistados e os recuos forçados pela resistência, recuos que passam a escrever os primeiros núcleos urbanizados dos colonizadores no sertão central, originando desse modo os arranchamentos, os pousos e as vilas. Nessas condições de produção, produzem-se os efeitos de sentido que acabam por significar as aglomerações que materializaram a urbanização do sertão da colônia. Essas aglomerações agora “civilizadas” passam a ressignificar o lugar do “desconhecido”, do lugar obscuro/lúgubre para o sentido de lugar seguro, o lugar de descanso e apoio para os colonizadores que ainda não significavam tais espaços, visto que era o lugar do não-sentido (non-sense)<sup>7</sup>.

É esse lugar que nos interessa: o espaço discursivo que se move do lugar do não-sentido, aquele capaz de ressignificar, que passa a fazer sentido, a passagem do não dito para o dito. Diria ainda, o lugar que instala “uma situação em que estes sujeitos possam passar do não-sentido ao sentido possível, ‘de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do não-sentido” (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, 1998, p.310).

Para tanto, propomos pensar, sobretudo, como o discurso das Bandeiras que adentraram em direção aos sertões mato-grossenses ecoa, marcando a posição dos colonizadores na busca de minas e/ou de gentios para serem escravizados e que efeitos de sentido produziram na constituição de novos espaços e sujeitos. O desdobramento discursivo desse movimento marca também o lugar do dizível, um discurso fundante no povoamento e domesticação desses sertões. Ao ocupar cada vez mais os sertões, os discursos produzidos do lugar dos bandeirantes vão constituindo sentidos que constroem o imaginário do lugar dos sujeitos colonizadores do sertão central da colônia lusitana. Perguntamos, então, como os sentidos de *ocupação/domesticação/urbanização/resistência* foram construídos seja para os colonizadores que aqui aportaram, seja para seus filhos



aqui nascidos das diferentes cruzas e ainda para os nativos/índios que já habitavam essas terras.

Para darmos continuidade na busca por esta compreensão, trazemos a reflexão desenvolvida por Orlandi (1993), que trata a questão de como o não-sentido passa a significar para os colonizadores e colonizados. Ou seja, trata-se de compreender como o *Novo Mundo* passa a significar tanto para o europeu/colonizador quanto para os nativos/índios/colonizados desse lugar discursivo. Acompanhemos a indagação feita por Orlandi:

como, de um lado, a partir da certeza do já-dito, e, de outro, do nunca experimentado, sentidos chegam e se transformam em outros, abrindo um lugar para a especificidade de uma história particular, na sua forma plural: as histórias do Brasil? (1993, p.11)

## 2. A ocupação do lugar a ser significado: O Sertão

Aproximadamente no ano de 1543, com a descoberta da região platina pelos espanhóis, chegam os primeiros europeus em território mato-grossense. Cronistas e historiadores dizem que o primeiro registro sobre a penetração de colonizadores portugueses na região do Cuiabá data do período entre 1673 e 1682. Eles contam que as Bandeiras de Manuel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como o Anhanguera, percorrendo os sertões do Brasil a serviço da coroa portuguesa, alcançaram a região cuiabana e denominaram o local onde acamparam de São Gonçalo. Seguindo, na região atualmente chamada Araguaia em Mato Grosso, encontraram alguns aborígenes usando como ornamentos pepitas de ouro. No retorno desses bandeirantes a São Paulo, espalhou-se a notícia daquilo que eles tinham vivenciado no longínquo sertão, cujas histórias passam a produzir efeitos que impulsionara uma grande e longa expectativa para reencontrar a cantada mina aurífera<sup>8</sup>.

O movimento discursivo constituído a partir das entradas dos bandeirantes nos sertões de Mato Grosso materializa o imaginário que sustenta a lenda das Minas dos Martírios, minas de ouro, procuradas e muito desejadas pelas Bandeiras dos séculos XVII e XVIII. O acontecimento foi decisivo para a entrada de novas Bandeiras no

sertão mato-grossense e, conseqüentemente, resultou na ocupação urbanizada que constituiu a identidade da população desse sertão. Para Orlandi,

Sujeito e sentidos se configuram ao mesmo tempo e é nisto que consistem os processos de identificação [...] identificamo-nos com certas idéias, com certos assuntos, porque temos a sensação de que eles ‘batem’ com algo que temos em nós. Ora este algo é o que chamamos de interdiscurso, o saber discursivo, a memória dos sentidos que foram se constituindo em nossa relação com a linguagem. Assim nos filiamos a redes de sentidos, nos identificamos com processos de significação e nos constituímos como posições de sujeitos relativas às formações, em face das quais os sentidos fazem sentidos. (1998, p.206)

Compreender o imaginário de um novo lugar, de uma nova ordem social, requer levar em consideração as condições de produção de sua aparição, é considerar sua existência como acontecimento enunciativo constituído por uma temporalidade própria com a qual os sentidos são retomados/ressignificados, sentidos estes constituídos pelas relações históricas, sociais e ideológicas que afetam os sujeitos que ali se constituem. É o funcionamento da memória discursiva que, ao significar, também significa o sujeito discursivo considerando o espaço da organização discursiva, isto é, considerando “a relação entre dois eixos, por assim dizer; o eixo vertical, o da constituição dos sentidos, o do interdiscurso, e o eixo horizontal, o da formulação do sentido, o do intradiscurso” (ORLANDI, 2001, p.181). O imaginário é assim, uma relação determinada pela memória histórica do sujeito afetado pela língua com a historicidade constitutiva de uma época.

Considerando o recorte do material que tomamos para a análise, temos, então, o seguinte confronto: de um lado, os representantes da coroa portuguesa, os colonizadores, bandeirantes/desbravadores/conquistadores, *famosos aventureiros* dos sertões brasileiros, acompanhados dos missionários, freis e padres, representantes da *fé cristã*, da *igreja católica*, o lugar do civilizado, do já-dito, do sentido estável; de outro, temos os colonizados,

nativos/índios, o lugar da barbárie/selvageria, do não-dito ainda, o desconhecido, o lugar do não-sentido para o sujeito-colonizador.

Este estudo toma esse percurso de tensão discursiva entre o já-dito e o não-dito, em busca do que há por vir, ou seja, dos modos como vão (re)significar o não-sentido, o silêncio<sup>9</sup>, o *vazio da linguagem*, constitutivo dessa relação que reclama por sentidos – do Velho Mundo para com o Novo Mundo - como também - do Novo Mundo para com o Velho Mundo, tanto para o europeu/colonizador quanto para o nativo/índio/colonizado. É, na afirmação de Orlandi (1993, p.13), a “instauração de uma nova ordem de sentidos (...) a possibilidade de criar um lugar na história (...)”. Buscamos, desse modo, compreender o funcionamento discursivo a partir das condições de produção dadas sobre a ocupação do sertão mato-grossense, considerando a relação entre o sujeito-colonizador (bandeirantes/missionários) e o sujeito-nativo (índios).

Uma relação tensa entre costumes e crenças marcadamente pelo antagonismo cultural, de um lado o lugar do Velho Mundo, e, de outro, o do Novo Mundo, que se organiza discursivamente a partir das relações de forças constitutiva do discurso, entre o mesmo e o diferente. Como efeito, a forma que se constrói um imaginário social estabelecido pela unicidade de sentidos, a partir da instauração de uma política linguística que objetiva estabilizar e cristalizar os sentidos constituídos do lugar da ideologia do sujeito-colonizador, se dá pelas condições de produção dos sentidos que significam a partir da memória discursiva da história do descobridor europeu, que fala do lugar do dominador. Busca-se a ferro e fogo a sujeição do sujeito-nativo aos costumes “civilizados” dos europeus – discurso dos dominadores – em detrimento dos costumes da “barbaria/selvageria” do gentio/índio – discurso dos dominados. Ou seja, a sobredeterminação do discurso do colonizador sobre o colonizado é um efeito de sentido que produz o apagamento/silenciamento do discurso dos dominados. É exatamente esse lugar obscuro que provoca o estranhamento dos sentidos, é o ponto que desestabiliza o sentido estável, portanto, o lugar da necessidade de domesticação linguística. É por esse assujeitamento<sup>10</sup> à língua que se evidencia a relação de forças existentes entre os elementos antagonicos da discursividade, o

lugar de tensão entre o já-dito e o ainda não-dito, com o que há ainda por vir, pois, segundo Orlandi,

é preciso pensar que a ideologia é um ritual com falhas e a língua não funciona fechada sobre ela mesma, ela abre para o equívoco. Por seu lado, a história é história porque os fatos reclamam sentidos (P. Henry, 1994) face a um sujeito que está condenado a interpretar (a significar). Na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização, e, de outro, o acontecimento, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e deslocam, mantêm e rompem limites. A materialidade das condições de produção dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar outros lugares. (2007, p.02)

Observemos agora algumas sequências discursivas que fazem parte das narrativas que contam as histórias do período da colonização do sertão mato-grossense. São sequências que dizem sobre os primeiros contatos dos colonizadores com os gentios nativos da região, que dão visibilidade às relações de poder que sustentam o lugar do sujeito-colonizador como dominador. É importante ressaltar que “colonizar supõe um contato entre diferenças, contato esse que se dá pelo uso da força, não se realiza, portanto, sem tensões e confronto” (MARIANI, 2004, p.23). Isto significa dizer que os relatos, assim como qualquer texto, não são descrições neutras, puras ou ingênuas. Na forma mesma como foram escritos, e pela inscrição da língua na história como condição de significação, esses já significam um imaginário a partir da memória discursiva que afeta o sujeito-autor e sentidos, o que inscreve numa formação discursiva<sup>11</sup> que marca uma posição sujeito: a do lugar discursivo do sujeito-colonizador.

Um exemplo desse efeito discursivo pode ser observado no discurso da culinária, uma vez que a alimentação dos sujeitos-nativos (gentios/índios) no discurso produzido pelo sujeito-colonizador sofre um deslocamento semântico. Na posição do sujeito-nativo o que se comia significava alimento/nutriente, necessário e saboroso para se manter vivo e forte; na posição do sujeito-colonizador, esse mesmo

alimento significava imundice/nojeira, como se pode observar nesta sequência discursiva:

[...] e o mais sustento é do rio pelo muito peixe que pescavam e capivaras que matam que são os porcos d'agua, jacarés, e jucuris que são umas cobras de estranha grandeza, **e todas as mais immundicias** que deu os pantanaes, nos quaes cria Deus. (CAMPOS, 1862, p.441) (Grifos nosso)

Como se observa, os sentidos sempre podem ser outros, como afirmava Pêcheux (1975), pois são constituídos no interior das relações de força das formações discursivas, as quais produzem os efeitos de sentidos entre os interlocutores. De um lado, tem-se, como efeito, o sentido de evidência, ou seja, a naturalização de sentidos; de outro, o sentido que percebemos no funcionamento da opacidade, da falha, da não transparência da língua. É nesta última concepção que percebemos materializado o discurso do sujeito-colonizador que, nesta posição, vai legitimando sentidos e constituindo novos espaços, ao mesmo tempo em que oferece o lugar da resistência do colonizado. Se por um lado, isto é, pelo efeito da literalidade aparente da língua se evidencia a alimentação do gentio significada como *immundicias*, por outro, na falha, no equívoco constitutivo da língua, a alimentação significa também robustez desses gentios ao descrevê-los como *mui socados e largos das espáduas* (a opacidade própria da língua). Dessa forma é que imprimimos novos gestos de interpretação, pois são outros lugares de significação se constituindo no funcionamento discursivo do colonizador como se materializa nos dizeres abaixo.

[...] e são tão fortes que fazem as maiores vantagens assim por andarem sempre a Cavallo, como por serem os cavallos andaluzes, e os melhores que se tem visto, e se tem observado que este gentio tem as pernas arqueadas e compridas, sendo a maior parte d'elles curtos do corpo, mas mui socados e largos das espáduas [...] (CAMPOS, 1862, p.440)

Vejamos outros recortes.

a) [...] cultivando os **agrestes silvados do paganismo** em fructíferos vergeis da Igreja Santa. [...] operários desta santa lavoura, em militares progressos, a expugnaram dos comarcões de am **onde colhiam almas para Deus e utilidades humanas**, [...] auxiliados dos mesmos **índios que amansavam**, com quem faz guerra as barbaridades [...] **prenderam muitos dos índios**, [...] a quem os nossos famosos capitães, como fieis portugueses, fizeram guerra, e pondo em fuga os brancos **recolheram muitos índios**, [...] **foram achando tantas nações de gentes que não cabem nos arquivos da memória** e só me lembram as seguintes: Caroyas, Taquasentes, Xixibes, Xanites, Porrudos, Xacororés, Aragoarés, Coxiponés, Pocuris, Arapoconés, Mocós, Goatós, Araviras, Buripoconés, Arapares, Hytaporés, Ianés, Aycurus, Bororos, Payagoas, Xaraés, Penacuicas, e outros... subiu o rio Cuyabá... em **procura do gentio Coxiponé**, chegou a uma aldeia delles [...] e **ahi prendeu muitos...** solicitando as mais nações [...] ahi achou **o gentio, em quem fez suas presas** com bastantes mostras de ouro em botopuis e outros enfeites [...] (SUZUKI, 2007, p.45-46) (Grifos nosso)

b) [...] os **Parecis... são os que me parece mais hábeis entre todos** os mais para se instruírem na fé catholica [...] que alguém abraçe **tanta multidão de pagoes nossa santa fé catholica romana...** para maior gloria sua, honra e credito da nação portugueza, e extensão dos domínios de S. Magestade. (CAMPOS, 1862, p.445) (Grifos nosso)

c) Em provável **combate com os índios, o bandeirante aprisionou muitos** e os levou para São Paulo para serem vendidos como escravos. [...] seguiu seu destino com a sua **carga humana...** **Em luta renhida com os coxiponés, tendo aprisionados alguns índios** [...] (SILVA, 2000, p.18) (Grifos nosso)

d) Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros andavam **à cata de índios** [...] (ABREU, 1988, p.141) (Grifos nosso)

Nos recortes discursivos de a, b, c, e d, em negrito, podemos verificar as marcas discursivas constitutivas do sujeito-colonizador, que fala do lugar da igreja católica e da coroa, essas marcas que vêm inscritas, segundo Orlandi,

pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder – traz em sua materialidade os efeitos que atingem esses sujeitos apesar de suas vontades. (1999, p. 32)

Observa-se que os discursos dos sujeitos-colonizadores, representantes da igreja católica e coroa portuguesa, falam a partir do lugar do conquistador europeu, buscam manter uma relação de dominação/poder sobre os nativos gentios/índios, em que esses primeiros contatos se davam quase sempre através de confrontos. Os nativos dominados/amansados eram submetidos ao processo da ação civilizadora<sup>12</sup>, objetivando a conversão das almas dos *bárbaros* à fé cristã, à sujeição aos costumes e crenças dos conquistadores. Por isto, parafraseando Orlandi (2001), não são os conteúdos ideológicos que interessam, mas os mecanismos de produção de sentido, o espaço que vai da constituição dos sentidos (interdiscurso) à sua formulação (intradiscurso). Do contrário, seria uma forma simplista de apresentar essa relação antagonica a partir do dualismo factual da história, guerra/poder ou guerra/subserviência, vencedores e vencidos, o que não é o caso, pois aqui estamos tratando os sentidos a partir de suas relações discursivas, considerando suas condições de produção<sup>13</sup>, sua historicidade. Assim, não é guerra que significa, mas sim o que se diz sobre ela é que determina as relações de poder entre vencedores e vencidos, mesmo considerando o lugar da resistência que significa também nessa relação.

O processo de sujeição, então, não se define nesse lugar de forças físicas/bélicas. Ao contrário, esse processo se dá a partir da relação dos elementos simbólicos de linguagem, do sujeito que se significa pela língua, cujo sentido de assujeitamento que dão visibilidade

material às formas de resistências discursivas faz com que as fissuras/ranhas dos sentidos signifiquem o contraditório, a ambiguidade, posto que são partes constitutivas do funcionamento de linguagem. Assim, como o sujeito-colonizador ao se deparar com o desconhecido, constrói em sua discursividade o imaginário da necessidade de institucionalizar o lugar da civilidade, isto é, uma civilidade que consiga domesticar, acomodar os sentidos outros que vão surgindo, poderíamos dizer, então, que o processo de *civilização* do Novo Mundo, por si só, já aponta para o lugar de uma civilidade ressignificada, cujo domínio e limite se relativizam no/pelo simbólico.

O sujeito-nativo, por sua vez, constrói sua discursividade de resistência silenciosamente nos espaços de reorganização de suas práticas significativas. Orlandi (1990, p.49) ilustra o sentido do “silêncio constitutivo (o que se apaga ao se dizer)” com a atividade de nomear: “toda denominação circunscreve o sentido, rejeitando para o não-sentido tudo o que nele não está dito [...]; toda fala silencia necessariamente.” Essa relação de força se coloca no sentido da perseverança de seus costumes e crenças, no limite, na resistência ao seu próprio extermínio. Nesse caso, resistência também significava aí, diferente de até então; não é mais uma relação entre nativos, mas sim com o diferente sob todos os aspectos, ou seja, no contato com o desconhecido, com o colonizador. Diríamos, uma resistência ressignificada.

### 3. Uma breve conclusão

Podemos observar, enfim, que na relação entre o não sentido e o já dito, o que conta é o modo como o imaginário<sup>14</sup> do colonizador sobre os nativos/índios, no caso, os colonizados, são significados como “animais”, pois os colonizadores querem prender, amansar, domesticar os nativos/índios. Isso se dá, a nosso ver, por pelo menos dois movimentos: 1. Por causa da força do discurso religioso que ainda persiste na tensão com o discurso jurídico. Isso se mostra quando os colonizadores os chamam de pagãos e gentios, por exemplo; 2. Porque o colonizador não se identifica com as experiências de vida dos colonizados, os significam como selvagens e bárbaros, isto porque, para o colonizador, eles, os colonizados, não estão na mesma ordem discursiva dos sentidos de civilização, posto



que estes, tanto em relação à forma de sua alimentação quanto da sua forma de caçar/montar o cavalo, na sua constituição física, no seu modo de se relacionar com o ouro e se enfeitar, enfim com suas práticas sociais, são descritos como gentios, ferozes, que se utilizam de imundícias como alimento.

Esses dois movimentos constituem o imaginário do colonizador sobre o colonizado e transitam do não sentido para o já dito, por conta da impossibilidade de identificação entre as práticas existentes na terra “conquistada” e aquelas próprias da corte portuguesa.

Desse modo, a partir dessas fissuras/ranhuradas discursivas, os sentidos de civilidade/selvageria como as de domínio/resistência se ressignificam, tanto para um quanto para o outro. Nessa relação tensa entre o mesmo e o diferente, constrói-se também o espaço que passa a ressignificar o lugar do sujeito-nativo, ou seja, “os índios vão construindo um lugar frente ao português, no qual eles redirecionam os processos de significação engendrados na língua de colonização. Assim, a partir de suas próprias línguas, a resistência se faz com base na simulação dos gestos que legitimam a língua portuguesa aos olhos e ouvidos do próprio colonizador” (MARIANI, 2004, p.32). Com efeito, ao bárbaro/selvagem, com o processo de conversão/submissão, lhe é atribuído o *estatus* de “homem”, e como tal, os sentidos passam a significar o seu não extermínio de imediato. Assim, é o funcionamento do sentido de resistência se ressignificando na relação discursiva, são os novos domínios se instituindo e se legitimando pelo simbólico.

Com isso, pode-se dizer que com esses deslocamentos de sentidos foi se construindo relações de domínio do lugar do novo a partir das resistências constitutivas do confronto discursivo travado entre o lugar do sujeito-colonizador e o lugar do sujeito-nativo. E é sob o efeito imaginário que eles constroem de seu próprio lugar e do lugar do outro, seja pelo avanço, pelo contato, pela resistência e pela ocupação dos sertões mato-grossenses, legitimando o movimento/contorno discursivo particular de sua historicidade, a origem fundacional do lugar/sentido do novo. Este sentido, conforme Orlandi (1993), foi construído nos confrontos de relações que são sócio-historicamente fundadas e permeadas pelas relações de poder com seus jogos imaginários. É, então, a passagem do já-dito para o nunca

experimentado, o que há por vir; o não-sentido, significando na relação com o outro, tanto para o sujeito-colonizador, o civilizado quanto para o sujeito-colonizado, o selvagem, o lugar do novo vai se institucionalizando com novos discursos, novos sentidos. Dessa forma, esse movimento marca a transição do selvagem para o civilizado, ao mesmo tempo em que redesenha um novo contorno territorial na América, como nos sustenta Orlandi (2011, p.16), quando diz: “esse movimento vai desenhando nosso território vai apropriando nosso solo (...)”. Ou seja, os discursos de ocupação e resistência, do civilizado e do selvagem vão significando a ocupação do que virá a ser o Brasil. A nosso ver, vão também construindo a territorialidade e identidade do povo das Minas/Capitania do Cuyabá/Mato Grosso.

### Referências bibliográficas

- ABREU, J. C. de. (1988). *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- GUIMARÃES, E. (1992). “Terra de Vera Cruz”. In: *Origens e Identidade*, n.4, p.16-21. Rio de Janeiro: Vozes & Cultura.
- HAROCHE, C. (1992). *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec.
- LAGAZZI, S. (1996). “Guerra dos Mascates: A Constituição do Cidadão Brasileiro no Século XVIII”. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. (Orgs.). *Língua e Cidadania. O Português no Brasil*. Campinas: Pontes, p.31-38.
- MARIANI, B. (2004). *Colonização Linguística*. Campinas: Pontes.
- MENDES ARAÚJO, O. M. C. (2001). “O Discurso da Constituição da Fronteira de Mato Grosso”. In: *Fronteira, Memória e Linguagem*. Campinas: Pontes/Unemat, p.83-105.
- MOTTA, A. L. A. R. da. (2011). *O discurso da normatização da terra*. Campinas: UNICAMP.
- ORLANDI, E. (1993). “Vão Surgindo Sentidos”. In:\_\_\_\_\_. (Org.) *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, p.11-26.
- \_\_\_\_\_. (1998). “Identidade lingüística escolar”. In: SIGNORINI, I. *Língua(gem) e Identidade*. Campinas: Mercado de Letras, FAPESP, Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 8ª ed.

- \_\_\_\_\_. (2004). *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos*. Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (2007). “Educação em direitos humanos: um discurso”. In: SILVEIRA, R. M. G. et al (Orgs.) *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológico*. João Pessoa: Editora Universitária, p.295-312.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Terra à Vista Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Do sujeito na história e no simbólico*. Campinas: LABEURB, Escritos, p.11-16.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (2007). *A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica*. <Disponível em: [www.conciencia.br](http://www.conciencia.br)>.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Discurso, Espaço, Memória – Caminhos da Identidade no Sul de Minas*. Campinas: Editora RG, p.13-34.
- PIRES DE CAMPOS, A. (1862). *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brasil*.
- PÊCHEUX, M. (1969). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
- SILVA, P. P. C. e. (2000). *Quadros históricos de Mato Grosso: período colonial*. Cuiabá: CDD.
- SUZUKI, Y. T. (2007). *Annaes do Senado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá: Entrelinhas.

**Palavras-chave:** Discurso, sentidos, sertão.

**Keywords:** Discourse, meaning, wilderness.

## Notas

<sup>1</sup> Professor Dr. em Linguística do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística /UNEMAT/Cáceres – Coordenador do CEPEL – Centro de Estudo e Pesquisa em Linguagem e do projeto de pesquisa – Estudos da Significação: Nomes Próprios/FAPEMAT/CNPq. [tairsirkarim@hotmail.com](mailto:tairsirkarim@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora Dra. em Linguística do Curso de Letras e do Programa de Pós-graduação em Linguística /UNEMAT/Cáceres. [arenzo@unemat.br](mailto:arenzo@unemat.br)

<sup>3</sup> Análise do Discurso desenvolvida na França a partir de Michel Pêcheux (1969) e no Brasil com os trabalhos de Eni P. Orlandi.

<sup>4</sup> Desenvolvida e publicada por Eduardo Guimarães (2002), no Brasil.

<sup>5</sup> Ver Motta (2011).

<sup>6</sup> Ver Mendes Araújo (2001).

<sup>7</sup> Cabe aqui um parêntese para distinguir o não-sentido do sem-sentido, ambos aparentemente se movimentam em territórios semântico-discursivos que se aproximam, mas, postos no funcionamento discursivo, essa aproximação desliza, escorrega, se desfaz. Segundo Orlandi (2007), “O não-sentido, em uma relação com a memória discursiva, é o irrealizado, aquilo que ainda não faz mas pode vir a fazer sentido. O sem-sentido, ao contrário, resulta de um esgotamento, de processos pelos quais as coisas perdem sentido, ou simplesmente não fazem sentidos.” (p.309)

<sup>8</sup> Conforme Paulo Pitaluga Costa e Silva em *Quadros Históricos de Mato Grosso - Período Colonial* (2000); Antonio Pires de Campos em *Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos* (1862).

<sup>9</sup> Recorro aqui ao sentido de silêncio pensando por Eni Orlandi (1992), em *As formas do Silêncio no movimento dos sentidos*. Conforme Orlandi (1992, p.70): “O silêncio não é o vazio, o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma totalidade significativa. Isto nos leva à compreensão do *vazio da linguagem* como um horizonte e não como falta”.

<sup>10</sup> Conforme Orlandi (2007) em *A questão do Assujeitamento: um caso de determinação histórica*.

<sup>11</sup> Para Orlandi (2009, p.43), uma formação discursiva “se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito”.

<sup>12</sup> Ver Orlandi (1993, p.18).

<sup>13</sup> Ver Pêcheux (1993, p.79). *Por Uma Análise Automática do Discurso – Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux – As condições de produção do discurso*

<sup>14</sup> Conforme Orlandi (1999) em *Antecipação: Formações Imaginárias em Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*.

Recebido em: julho/2015

Aceito em: setembro/2015